

nanças públicas”, disse, acrescentando que o conhecimento adquirido reforça a formação “e engrandece o curso de administração da Uefs”.

Para Ivanice Moraes Gonçalves, a experiência vivida na execução da pesquisa foi gratificante. “Podemos acompanhar a evolução e o retrocesso da aplicação dos recursos públicos e aprendemos, não só como alunos, mas também como cidadãos”, disse.

Ela afirmou que a área financeira é a que mais gosta de atuar. “Eu me realizei nesta matéria, mesmo estudando a distância. Foi importante porque já estudo finanças públicas para concurso e pude me aprofundar”, disse entusiasmada.

Novos horizontes

Estudante do 4º semestre em administração da Uefs, Marta Maria Guimarães pontuou a importância do projeto para a comunidade externa à universidade, “porque através dele podemos vivenciar, na prática, quais são as importâncias e atribuições do administrador na administração pública”.

Ela salientou que boa parcela da população ainda liga a função do administrador somente às empresas privadas, com pouca referência em sua participação nas questões da vida pública.

“Por se tratar de uma pesquisa inédita, nunca antes feita na Bahia, sinto-me feliz e privilegiada em fazer parte da equipe que traz a transparência nas análises das contas públicas municipais”, afirmou, externando gratidão à orientação recebida para coleta e análise dos dados.

Para Ayla Menezes Melo Carneiro, “inicialmente esse estudo pareceu estar bem longe do meu cotidiano. Mas, ao longo das aulas, pude ver o quão importante estava sendo para mim e o quanto será para a sociedade, visto que será publicado no jornal, principalmente em período de eleição”.

A estudante reforçou que a junção da teoria com a prática, favoreceu a compreensão do assunto. “Pude entender que aquilo estava bem mais pró-

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (%)

	2016		2019		Variação 2016-2019
	Superávit	Déficit	Superávit	Déficit	
Salvador	2,59		6,54		Aumentou superávit em 152,90%
L. Freitas	6,93		17,22		Aumentou Superávit em 148,57%
Itabuna	3,27		5,6		Aumentou superávit em 71,03%
Juazeiro	7,68		4,94		Reduziu superávit em 35,68%
Camaçari	7,87		2,97		Reduziu superávit em 62,21%
F. Santana	5,56		1,9		Reduziu superávit em 65,76%
V. Conquista		0,07		3,49	Aumentou déficit em 4.811,18%

DÍVIDA

MUNICÍPIO	CONSOLIDADA (Em R\$ mil)			PER CAPITA		
	2016	2019	Var. (%)	2016	2019	Var. (%)
Juazeiro	186.533	72.900	-60,92	846,90	334,16	-60,54
F. Santana	155.530	169.983	9,2	2.156,06	2.445,06	13,40
Salvador	1.342.446	1.514.983	12,85	456,91	524,82	14,86
V. Conquista	216.082	245.354	13,55	624,39	719,24	15,19
Itabuna	396.004	461.207	16,47	1.796,87	2.158,35	20,12
Camaçari	415.465	527.612	26,99	1.422,46	1.733,84	21,89
L. Freitas	96.242	151.009	56,91	494,46	749,32	51,54

CLASSIFICAÇÃO DA GESTÃO

EXCELENTE (De 8,0 a 10,0)	BOA (De 6,0 a 7,99)	EM DIFICULDADES (De 4,0 a 5,99)	CRÍTICA (Abaixo de 4,0)
	L. de Freitas - 6,18	Camaçari - 5,66	V. Conquista - 3,48
	Salvador - 6,10	F. Santana - 4,57	Itabuna - 3,44
			Juazeiro - 3,11

“Passei a ter mais ciência do que acontece com nosso dinheiro e como ele é administrado”

VIVIANE REIS, estudante

ximo do dia a dia do que imaginava. Me sinto favorecida com essa experiência de aprendizado que será vantajosa para mim, não só para a administradora, mas também a cidadã”.

“Participar deste projeto foi interessante e desafiador. Pois colocamos em prática assuntos reportados em aulas e entendemos de forma mais clara e concreta como funciona o or-

çamento público de uma cidade”, disse Viviane Montino Reis.

Ela salientou que quando estiver desenvolvendo a função de administradora “poderei usar de tais conhecimentos na administração pública, ou mesmo, como cidadã. Passei a ter mais ciência do que acontece com nosso dinheiro e como ele é administrado”, acrescentou.



Carneiro Filho defende que cidadãos acompanhem as gestões

Controle social melhora a eficácia da gestão municipal, diz o presidente do TCM

“Não há dúvida de que o controle social, o acompanhamento das administrações por parte dos cidadãos melhora a sua eficácia e qualifica os investimentos públicos”, segundo o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM), conselheiro Plínio Carneiro Filho.

Ele destacou que embora ainda não conheça o trabalho acadêmico realizado pelos professores e estudantes de administração da Uefs, “estou certo de que contribuirá com este objetivo – que é de todos – de melhorar a qualidade das administrações públicas no nosso país”.

Este controle e acompanhamento, segundo o conselheiro, “não apenas evita desperdícios ou desvios, mas auxilia na definição de prioridades por parte dos gestores públicos, o que leva ao melhor atendimento das demandas da população”.

O TCM estimula a participação e fiscalização através da população com medidas que exigem o cumprimento da Lei de Transparência Pública e possibilitam acesso pela internet a qualquer cidadão às informa-

ções sobre as administrações municipais, não só a receitas e despesas, mas também a contratos de obras e serviços.

“É preciso destacar que a própria Constituição prevê e incentiva a fiscalização popular das administrações públicas. E permite que o cidadão possa denunciar aos tribunais de contas do país quaisquer irregularidades cometidas por gestores públicos”, afirmou o conselheiro.

Conforme Carneiro Filho, nas 17 inspetorias regionais do TCM, distribuídas em todas as regiões do estado, é constante a procura por parte de representantes da sociedade civil e também de cidadãos comuns, por orientações e busca de instrumentos para exercer sua cidadania no acompanhamento das administrações municipais.

“Em muitos casos para apresentar denúncias que resultam em processos administrativos que são levados à análise da Corte de Contas. Também fornecem informações relevantes, que levam à instauração de termos de ocorrência para a apuração e punição de eventuais irregularidades” enfatizou.

MIRIAM HERMES

ARTIGO

INTENSIFICAR A TRANSPARÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS



Reprodução / Facebook

Antônio S. Magalhães Ribeiro
Doutor em sociologia econômica/Universidade de Lisboa e mestre em administração/Ufba

No conjunto dos sete municípios, o crescimento das receitas superou ligeiramente o das despesas

O universo da pesquisa abrange os municípios baianos com população superior a 200 mil habitantes

agravamento das dificuldades da economia brasileira, nesses últimos anos de recessão e desemprego, com seus reflexos nas finanças públicas – queda de arrecadação e aumento da dívida pública –, impôs aos entes federativos a necessidade de reorganizar a administração pública e promover melhorias de gestão, particularmente com ênfase no equilíbrio financeiro e na qualidade dos gastos, requisitos pouco observados por muitos gestores que insistem em negligenciar as exigências da administração pública e as necessidades dos cidadãos, haja vista as sucessivas ocorrências de desperdício e corrupção que abundam o cenário nacional.

Já em 1988, diante da necessidade de se interromper o descalabro histórico que marcou e ainda marca a trajetória da gestão pública entre nós, foram introduzidos à nossa Constituição elementos fundamentais voltados para uma melhor fiscalização e controle das finanças, alguns dos quais aprimorados na Lei de Responsabilidade Fiscal, que, além dos instrumentos de planejamento e controle, estabeleceu limites e critérios para gastos, além de normas de transparência fiscal, algumas das quais geradoras de sérias penalidades aos gestores, em caso de descumprimento.

Nesse contexto, no qual os entes subnacionais padecem, também, da concentração de recursos na esfera federal, e em que também se nota uma maior exigência da sociedade por bons desempenhos dos governos, este trabalho de avaliação da gestão financeira dos municípios, desenvolvido com a participação dos alunos da disciplina Orçamento e Administração das Finanças Públicas, do curso de administração da Uefs, sob a minha coordenação, decorreu do nosso propósito – profes-

sor e alunos – de melhor conhecer a gestão financeira dos municípios baianos e divulgar os seus resultados, contribuição voltada para proporcionar uma maior visibilidade das contas públicas, iniciativa que se afigura de suma importância, quer seja para despertar nos gestores a necessidade de administrar com responsabilidade, eficácia e efetividade o dinheiro público, motivando-os às boas práticas de gestão, quer seja também para promover e incentivar o controle social, na medida em que permite à sociedade conhecer e aferir o grau em que esses requisitos estão sendo observados pelos seus prefeitos.

O universo da pesquisa abrange os municípios baianos com população superior a 200 mil habitantes – 32% da população do estado –, e os estudos e resultados estão alinhados nos demonstrativos financeiros publicados nos sites dos municípios, conforme determinação prevista na Constituição e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para alcançar os resultados pretendidos, a metodologia adotada foi a de pesquisa quantitativa comparativa e foram levados em consideração 14 indicadores envolvendo o planejamento, autonomia financeira, rigidez da despesa, solvência fiscal e qualidade dos gastos, conferindo aos mesmos pesos diferenciados, conforme a noção de importância de cada um para o alcance de bons resultados, sob a ótica do atendimento às demandas que podem ser traduzidas em melhoria da qualidade de vida dos municípios.

Para melhor compreender a lógica que orientou esta avaliação, é necessário o entendimento de que os índices encontrados, os quais, submetidos a uma média ponderada, definem a avaliação da gestão, dizem respeito à

variação dos resultados obtidos em 2019, comparados àqueles de 2016. Trata-se, portanto, de mensurar o trabalho dos prefeitos que assumiram a gestão em 2017, após três anos no comando do município.

Os investimentos realizados – pela sua capacidade de mobilizar recursos financeiros e mão de obra –, além dos gastos sociais, considerados a saúde, educação, cultura e assistência social, são aqueles considerados de maior importância na estrutura de despesas, para efeito de pontuação, seja por proporcionar a dinamização da economia e geração de emprego, seja pelo impacto dos seus resultados na qualidade de vida e no desenvolvimento social e econômico.

Isto posto, a evolução de dois indicadores receberam maior peso na avaliação: a parcela do orçamento destinado aos investimentos e aos gastos sociais per capita, tendo Salvador e Lauro de Freitas obtido, respectivamente, as melhores notas, indicadores nos quais Itabuna e Juazeiro não foram bem sucedidos. Ademais, acumularam mau desempenho na arrecadação e endividamento (Itabuna) e na rigidez da despesa (Juazeiro).

No conjunto dos sete municípios, o crescimento das receitas (24,01%) superou ligeiramente o das despesas (21,77%), mas o percentual de receitas próprias ante a receita total permaneceu inalterado em 44,5%.

O endividamento cresceu 11,92%, sendo que Lauro de Freitas aumentou em 56,91% seu estoque de dívida, seguido de Camaçari com 26,99%. Na outra ponta, Feira de Santana e Salvador registraram aumentos inferiores a 13%, enquanto Juazeiro reduziu, consideravelmente.

Tanto quanto o aumento do endividamento, preocupa em muito o custo desta dívida (ju-

ros e amortização), que avançou em 41,93% no período em análise, já consumindo 2,71% da RCL – Receita Corrente Líquida de 2019, contra 2,29% em 2016 (avanço de 18,67%).

Embora tenha havido um crescimento de 18,31% entre 2016 a 2019, as despesas brutas com pessoal tiveram sua participação na RCL reduzida em 1,09%. Os dados mais positivos, porém, ficam por conta de um incremento de 45,11% da participação dos investimentos na RCL, particularmente puxado por Salvador (120,59%), Lauro de Freitas (87,13%) e Camaçari (62,43%). Quanto aos gastos sociais, sua participação sofreu recuo de 0,13% no período.

Mesmo considerando que a recessão que nos acompanha, há anos, não permitiu gestões de excelência no período considerado, foi possível, a partir de uma análise comparativa das contas dos municípios avaliados, identificar os pontos que diferenciam as diversas gestões, como comprovam os indicadores que formataram o resultado final deste trabalho.

Finalmente, reconhecer que o aprendizado dos alunos, decorrente da dedicação coletiva na construção deste trabalho – merecedora de parabéns –, foi, sem dúvida, um fruto inestimável.

Temos a consciência de que nenhuma avaliação é absolutamente perfeita. Mas esta que ora colocamos à disposição da sociedade foi realizada a partir de critérios eminentemente técnicos e pertinentes à matéria em questão. A nossa motivação está sustentada no desejo e direito do cidadão de conhecer como os governantes gastam o nosso dinheiro – conquistado com muito sacrifício – e colocar esse conhecimento a serviço de tantos quanto tenham o mesmo interesse.